

A dívida em debate

Externa

Uma mobilização dos sete países mais endividados da América Latina — Brasil, Argentina, Colômbia, México, Peru, Uruguai e Venezuela — é o principal tema a ser discutido pelos respectivos chefes de Estado na reunião em curso a partir de hoje em Punta Del Este. O propósito da iniciativa, convocada no âmbito do chamado Grupo dos 8 (dificuldades políticas internas impedem a presença do Panamá), é converter as sociedades industrializadas à tese de revisão do sistema financeiro internacional. A reforma, objeto de conciliação do presidente José Sarney no plenário da Assembléia Geral da ONU, é considerada fundamental para permitir administração menos onerosa da dívida externa e tornar viável a sustentação do desenvolvimento econômico.

Quando se sabe que os governos reunidos no Uruguai são titulares passivos de uma dívida de 410 bilhões de dólares, é fácil dimensionar a grandeza do encontro. Talvez a declaração de Maldonado (departamento ao qual está jurisdicionado o distrito de Punta Del Este), prevista para o próximo sábado, não inclua a criação de uma frente multinacional encarregada de tratar conjuntamente da questão. Mas, seguramente, expressará um ponto de vista comum, cuja

força não só resultará da posição dos parceiros na cena internacional, mas, igualmente, dos interesses que representam.

Maior nação da América Latina, o Brasil exercerá papel preponderante na reunião. Não irá, por certo, estabelecer pressupostos hégemônicos, que esta não é marca da diplomacia brasileira e, muito menos, a índole nacional. Mas proporá sugestões densas de alternativas para um novo encaminhamento da questão, com base em estímulos fraternais e na sua experiência como responsável por uma dívida em torno de 120 bilhões de dólares.

Um tópico deverá merecer atenção especial: a conversão da dívida em investimentos de risco. A prática dessa alternativa no Brasil, conforme afirma o ministro da Fazenda, Maílson da Nóbrega, tem gerado pressões sobre o incremento do processo inflacionário. E, pois, indispensável que os presidentes das sete repúblicas mais sacrificadas do Continente encontrem um denominador comum para enfrentar semelhante problema cuja solução, todavia, pende da conversão dos credores aos expedientes mais consentâneos com a segurança do sistema financeiro internacional e ao sentido conciliador que deve presidir as relações internacionais.